



COMISSÃO DE SAÚDE

PROJETO DE LEI Nº 611, DE 2019

Apensado: PL nº 4.542/2019

OBRIGA A INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO NAS PONTES E VIADUTOS.

Autor: Deputado EROS BIONDINI

Relator: Deputado LUIZ LIMA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 611, de 2019, do Deputado Eros Biondini, tem como objetivo obrigar a instalação de equipamentos de proteção contínuos, como telas e redes de proteção, nas laterais das pontes e viadutos que se localizem no perímetro urbano, para coibir tentativas de suicídios. Ademais, indica que deverão ser fixadas placas nesses mesmos locais, com o telefone do Centro de Valorização da Vida (CVV), e ressalva que, no caso de pontes e viadutos administrados por concessionárias, o não cumprimento dessas regras implica em multa diária, cujo valor será revertido ao Fundo Nacional de Saúde (FNS). O autor, na justificação, destaca a necessidade de se buscarem mecanismos para a preservação da vida, e reforça a obrigação de se ajudarem aqueles que se encontram em momentos de desespero.

O PL nº 4.542, de 2019, da Deputada Tereza Nelma, apensado, altera a Lei nº 13.819, de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, para dispor sobre a prevenção de suicídios em pontes, viadutos urbanos e outros espaços assemelhados. A autora, na justificação, reconhece a existência de uma política de prevenção ao





suicídio, mas insiste que é preciso modificar a lei que a instituiu, já que é muito comum a ocorrência de tentativas de suicídio naqueles locais específicos.

Esses projetos de lei, que tramitam em regime ordinário, foram distribuídos, em caráter conclusivo, às Comissões de Saúde (CSAUDE) e de Viação e Transportes, para análise do mérito; de Finanças e Tributação, para apreciação de sua adequação financeira e orçamentária; e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para exame da sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Na CSAUDE, não foram apresentadas emendas no prazo regimental. É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Saúde a apreciação dos Projetos de Lei nºs 611 e 4.542, de 2019, quanto ao mérito, no que tange a questões referentes ao seu campo temático e às suas áreas de atividade, nos termos regimentais.

Antes de iniciarmos a nossa apreciação, destacamos que, no dia 23 de outubro de 2019, o Deputado Pompeo de Mattos, que, à época, era integrante desta Comissão, ofereceu um parecer de relator, com Substitutivo, sobre esses mesmos projetos de lei, que não chegou a ser aprovado. Por concordarmos com a sua abordagem, nós nos embasamos em suas considerações, e também acrescentamos alguns argumentos que julgamos pertinentes.

Aproximadamente 800 mil pessoas morrem por suicídio todos os anos no mundo (79% dessas mortes ocorrem em países de baixa e média renda). Trata-se da segunda principal causa de morte de jovens entre 15 e 29 anos. A tentativa prévia é o fator de risco mais importante para o suicídio¹. No

¹ <https://www.paho.org/pt/topicos/suicidio>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Luiz Lima

relatório denominado “Preventing Suicide: a global imperative²”, da Organização Mundial de Saúde (OMS), evidenciou-se que pelo menos vinte pessoas tentam se matar para cada uma que consegue fazê-lo.

O Brasil é o oitavo no mundo em número de ocorrências de suicídios. Pode-se considerar que as mortes autoinfligidas são um gravíssimo problema de saúde pública, com 13.529 casos registrados no País, apenas em 2019, segundo o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde³. Entre 2014 e 2019, esse número cresceu 28%⁴.

Apesar desse cenário, diversas ações podem ser levadas adiante para prevenção dessas mortes. A OMS considera que a maioria dos suicídios pode ser evitada mediante a implantação de medidas simples desenvolvidas no meio social⁵. Até recentemente, ocultavam-se as mortes por suicídio, com o objetivo de não se estimularem novos eventos. Hoje em dia, no entanto, os especialistas têm defendido a importância da informação sobre o tema como forma de prevenção⁶. As medidas preventivas propostas nos PLs que ora examinamos já foram utilizadas, com sucesso, fora do Brasil. Na Coreia do Sul, por exemplo, após uma ação publicitária que colocou numa ponte mensagens inspiradoras de respeito à vida, devidamente iluminadas, a taxa de suicídio naquele local diminuiu em 85%⁷. Com aprovação dessas proposições, sentiremos resultados semelhantes.

A colocação de redes em pontes é uma sugestão recorrente de especialistas. Em 2016, o Conselho Regional de Psicologia da 16^a Região, que engloba o Espírito Santo, sugeriu a colocação de proteção na Terceira Ponte, que liga Vitória a Vila Velha⁸. No documento, esta instituição destacou que “uma análise aprofundada dos estudos internacionais sobre a eficácia da

2 http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/131056/1/9789241564779_eng.pdf?ua=1&ua=1

3 <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/obt10uf.def> (selecionaram-se os códigos X60 a X84, referentes a lesões autoinflingidas).

4 <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/09/10/levantamento-indica-alta-no-numero-de-suicidios-entre-jovens-no-brasil.htm>

5 <https://nacoesunidas.org/oms-suicidio-e-responsavel-por-uma-morte-a-cada-40-segundos-no-mundo/>

6 <https://istoe.com.br/uma-opressao-maior-que-a-vida/>

7 <https://exame.abril.com.br/marketing/taxa-de-suicidio-diminui-85-apos-acao-da-samsung-em-ponte/>

8 <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2016/09/conselho-de-psicologia-pede-rede-de-protectao-na-terceira-ponte-no-es.html>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Luiz Lima

instalação de proteções em pontes, viadutos e pontos de elevação natural na prevenção do suicídio mostra evidências de que a restrição do acesso aos meios pelos quais as pessoas tentam suicídio – especialmente pela instalação de proteções – reduz o número de mortes por suicídio não somente no local, mas também na cidade ou região em que tal local-foco se encontra”.

Cada uma das proposições aborda o assunto de forma diferente. Enquanto o PL nº 611, de 2019, é um Projeto autônomo, que visa a determinar a instalação de equipamentos de proteção nas pontes e viadutos, o PL nº 4.542, de 2019, modifica a Lei nº 13.819, de 2019 (Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio), para estabelecer como um de seus objetivos a prevenção dos suicídios em pontes, viadutos e espaços assemelhados.

Ambos os projetos são dignos de elogios e merecem aprovação. Porém, em razão de disposição regimental, temos a obrigação de oferecer um Substitutivo, em caso de aprovação de duas proposições que tramitam em conjunto. Assim, no Substitutivo que está anexo a este Voto, resolvemos modificar a Lei nº 13.819, de 2019, de modo a concentrar as disposições legais sobre suicídio neste diploma legislativo. Estabelecemos que a instalação de equipamentos proteção e de avisos com o contato dos serviços de atendimento gratuito e sigiloso de pessoas com sofrimento psíquico nas pontes e viadutos é um dos objetivos da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. Com isso, estabelecemos um parâmetro de ação, sem, necessariamente, atribuirmos competência específica ao Poder Executivo, o que poderia ser entendido pela CCJC como um vício de constitucionalidade.

Diante do exposto, consideramos os projetos extremamente meritórios e necessários, principalmente no contexto atual, em que percebemos o aumento do número de suicídios em nosso País. Necessitamos promover as medidas necessárias para prevenir esse tipo de evento, que não apenas ceifa a vida de milhares de brasileiros todos os anos, mas também traz





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Luiz Lima

gravíssimas consequências para todos os familiares e conviventes daqueles que vêm a óbito.

Por isso, o nosso voto é pela APROVAÇÃO dos Projetos de Lei nºs 611 e 4.542, de 2019, nos termos do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de 2023.

Deputado LUIZ LIMA
Relator

COMISSÃO DE SAÚDE

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 611, DE 2019

Apensado: PL nº 4.542/2019

Altera a Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, para estabelecer como objetivo da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio a instalação de equipamentos de proteção e de avisos com o contato dos serviços de atendimento de pessoas com sofrimento psíquico nas pontes e viadutos urbanos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, para estabelecer como objetivo da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio a instalação de equipamentos de proteção e de avisos com o contato dos serviços de atendimento de pessoas com sofrimento psíquico nas pontes e viadutos urbanos.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso X:





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Luiz Lima

“Art.
3º

.....
.....
X – promover a instalação de equipamentos de proteção e de avisos com a divulgação do contato dos serviços previstos no art. 4º desta Lei em pontes e viadutos urbanos.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2023.

Deputado LUIZ LIMA
Relator

Apresentação: 20/06/2023 20:06:42.653 - CSAUDI
PRL 4 CSAUDE => PL 611/2019

PRL n.4



* C D 2 3 3 1 1 3 1 2 3 3 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Lima
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233113123300>